PARECER N. : 0576/2020-GPETV

PROCESSO N°	:	**3030/2020**
INTERESSADA	:	**ELIANA DE SOUZA BISPO**
ASSUNTO	:	**APOSENTADORIA ESTADUAL**
UNIDADE	:	**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO) E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON**
RELATOR	:	**CONSELHEIRO SUBSTITUTO FRANCISCO JUNIOR FERREIRA DA SILVA**

Cuidam os autos de análise da legalidade de ato concessório de aposentadoria concedida à servidora pública do quadro permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de **Técnico Judiciário**, Nível Médio, Padrão 25, 40 horas semanais, matrícula n° 002170-9, por meio da Portaria Presidência n° 243/2018, publicada no DJE n° 044, 8.3.2018, ratificada pelo ato de Aposentadoria n° 490, de 29.4.2019, fundamentado no art. 3°, da EC n° 47/05, c/c Lei Complementar n° 432/08, publicado no DOE n° 079, de 2.5.2019 (ID 964988), enviado a Corte de Contas pelo Sistema de Fiscalização dos Atos de Pessoal (FISCAP).

Assevera-se, inicialmente, que a IN n° 50/2017/TCE-RO estabelece o procedimento de análise, para fim de registro, dos atos concessórios de aposentadoria e pensão civil, apenas, bem como de cancelamento de ato concessório, mediante exame de informações e documentos enviados eletronicamente pelo Sistema FISCAP e requisição de informações e documentos (Art. 1°, I e II).

Observa-se que a Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal do Tribunal (CECEX-03) emitiu relatório técnico (ID 967095), concluindo que a interessada faz jus ao benefício de aposentadoria, com amparo nos dispositivos que fundamentaram o ato concessório, podendo o mesmo ser considerado legal e apto a registro.

É o breve relato.

Perquirindo a documentação acostada ao PCe, o Ministério Público de Contas entende que convém acompanhar a conclusão da Unidade Técnica, considerando-se que a interessada preencheu todos os requisitos exigidos no art. 3°, I, II e III, da EC 47/05.

Isso porque, de acordo com a simulação de cálculo feita pela Unidade Técnica (ID 966333, p. 57), pode-se concluir que foram alcançados todos os requisitos exigidos no art. 3°, da EC n° 47/2005 para aposentadoria, quais sejam, admissão no serviço público antes de 16.12.1998; tempo mínimo de 30 anos de contribuição (para servidores do sexo feminino), vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se deu a aposentadoria, tudo devidamente comprovado nos autos, por meio dos documentos e certidões (ID 964991, p. 5/14), exigidas pela IN n° 50/2017/TCE-RO, como dito anteriormente.

Acresça-se, ainda, quanto ao requisito da idade mínima, exigido para aposentadoria (55 anos mulher e 60 anos homem), que a servidora, em 8.2.2017, possuía 52 anos de idade, reduzidos em um ano a cada um ano a mais do tempo mínimo de contribuição comprovados (33 anos).

Em relação à análise dos proventos, a Unidade Técnica consignou que deixou de proceder ao exame das parcelas que os compõem, mas que estão sendo calculados corretamente, de acordo com a fundamentação legal que baseou a concessão do benefício.

Neste contexto, convergindo com a proposta da unidade técnica, **opina este órgão ministerial pela legalidade e consequente registro do ato concessório** da aposentadoria em exame, nos termos em que foi fundamentado.

É o parecer.

Porto Velho/RO, 07 de dezembro de 2020.

ERNESTO TAVARES VICTORIA
Procurador do Ministério Público de Contas

Em 7 de Dezembro de 2020

Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

ERNESTO TAVARES VICTORIA
PROCURADOR